

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.738.004 - PE (2018/0098979-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : TAMIRES RAFAELA FERREIRA GONCALO
REPR. POR : RAIMUNDA GONCALO DA SILVA NUNES
ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA E OUTRO(S) -
PE000573A
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. HABILITAÇÃO TARDIA. MENOR IMPÚBERE. INEXISTÊNCIA DE OUTROS DEPENDENTES HABILITADOS. PAGAMENTO DEVIDO A PARTIR DO ÓBITO DO SEGURADO. ACÓRDÃO EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (e-STJ fls. 271-272):

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. PENSÃO. FILHO MENOR. PROVA MATERIAL. CONCESSÃO. TERMO INICIAL. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

1. Trata-se de Remessa Necessária em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o INSS a implantar o benefício de pensão por morte em favor da autora, relativo ao seu falecido genitor, bem como a pagar à demandante as parcelas atrasadas, desde o óbito.

2. O óbito do instituidor do benefício encontra-se provado por meio de certidão própria anexada ao processo, tendo ocorrido em 11/03/2001, no município de Itapetim/PE, em razão de "hemorragia Interna, devido a ferimento penetrante no Tronco".

3. Quanto ao requisito da dependência econômica, consta da Certidão de Nascimento da autora, nascida em 25/01/2001, que esta é filha do instituidor, aplicando-se, assim, o que estabelece o art. 16 da Lei nº 8.213/91, em sua redação dada pela Lei nº 12.470/2011.

4. Quanto à qualidade de rurícola, os elementos de prova juntados aos autos pela parte autora foram: a) Cadastro da Família perante a Secretaria Municipal de Saúde de Itapetinga, com data de 28/01/2000, em que consta que o instituidor é agricultor; b) Fichas de atendimento médico do instituidor na FUSAM, com datas de 09/03/1999 e 18/01/2000, em que consta o mesmo como agricultor; c) Requerimento de matrícula escolar para o filho do instituidor, datada de 23/12/1997, em que consta o mesmo como agricultor; d) Declaração de Exercício de Atividade Rural do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapetim/PE, com data de 03/09/2014, em que consta que o instituidor exerceu atividade rurícola de 02/11/1993 a 30/04/1995 e de 01/01/1995 a 10/03/2001; e) Certidão de Casamento, lavrada em 19/01/1995, em que consta que o instituidor é agricultor; f) Ficha de Visita Domiciliar de Segurado Especial, na qual a mãe do instituidor e ora tutora da autora afirma que o mesmo trabalhava na roça em regime de economia familiar até o dia de sua morte, tendo a

assistente social nomeada pelo Juízo afirmado que "a autora trouxe convicção da atividade rural do extinto".

4. A documentação juntada aos autos demonstra que o falecido vinha se dedicando à atividade rural no momento do óbito, tendo bastado também à formação do convencimento pessoal do julgador de primeiro grau, restando atendido o disposto nos arts. 55, § 3º e 143 da Lei nº 8.213/91, devendo ser deferido, portanto, o pedido de concessão do benefício de pensão por morte em favor da autora.

5. Quanto ao termo inicial da pensão, em que pese tratar-se de beneficiário absolutamente incapaz à época do pleito administrativo, o direito ao benefício só passa a existir após o requerimento junto à autarquia previdenciária, deste modo, só tendo o mesmo sido feito após o prazo de 90 (noventa) dias do artigo 74, inciso I, da Lei nº 8.213/91, os atrasados só são devidos a partir de 07/10/2015, data em que foi apresentada a aludida solicitação administrativa perante o INSS. Precedente desta Corte: PROCESSO: 00026851820164059999, AC591459/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, Segunda Turma, JULGAMENTO: 07/02/2017, PUBLICAÇÃO: DJE 20/02/2017 - Página 38.

6. Remessa necessária parcialmente provida, apenas para estipular como termo inicial da pensão a data do requerimento administrativo.

A recorrente sustenta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos artigos 198, I, c/c art. 3º, I, do Código Civil, 79 e 103, § único, da Lei n. 8.213/91, sob o argumento de que a data de início do benefício deve ser a data do óbito do segurado, ou seja, os efeitos financeiros do benefício de pensão por morte devem retroagir a 11/3/2001, uma vez que contra menor absolutamente incapaz, não correm os efeitos da prescrição e da decadência.

Com contrarrazões (e-STJ fls. 297-300).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ fl. 302).

Parecer do Ministério Público opinando pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 310-316).

É o relatório. Passo a decidir.

A controvérsia a ser dirimida no presente recurso está limitada em definir-se o momento a partir do qual deve ser pago o benefício previdenciário de pensão por morte a dependente absolutamente incapaz: se da data do óbito do instituidor da pensão ou do requerimento administrativo junto à autarquia previdenciária.

A Corte de origem, reconheceu o direito da autora de receber o benefício de pensão por morte a partir da data do requerimento administrativo (7/10/2015), sob os fundamentos que se reproduz, no ponto (fl. 256):

[...]

Quanto ao termo inicial da pensão, em que pese tratar-se de beneficiário absolutamente incapaz à época do pleito administrativo, entendendo que o direito ao benefício só passa a existir após o requerimento junto à autarquia previdenciária, deste modo, só tendo o mesmo sido feito após o prazo de 90 (noventa) dias do artigo 74, inciso I, da Lei nº 8.213/91, os atrasados só são devidos a partir de 07/10/2015, data em que foi apresentada a aludida solicitação administrativa perante o INSS.

Contudo, esta Corte pacificou o entendimento de que o termo inicial da pensão por morte, tratando-se de dependente absolutamente incapaz, deve ser fixado na data do óbito do segurado, mesmo em caso de habilitação tardia, não incidindo, portanto, o disposto no art. 76 da Lei n. 8.213/1991, excepcionando-se somente os casos em que há

Superior Tribunal de Justiça

outros dependentes habilitados recebendo o benefício na sua integralidade, sendo que, nessa hipótese, o benefício é devido apenas a partir do requerimento administrativo. Confira-se:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. HABILITAÇÃO TARDIA. MENOR. EXISTÊNCIA DE BENEFICIÁRIO HABILITADO. EFEITOS FINANCEIROS. DATA DO REQUERIMENTO. PRECEDENTES.

1. Discute-se nos autos a percepção de parcelas atrasadas referentes à pensão por morte compreendida no período entre a data do óbito do instituidor e a efetiva implementação do benefício, no caso de habilitação tardia de menor.

2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça possuía entendimento segundo o qual o termo inicial da pensão por morte, tratando-se de dependente absolutamente incapaz, deve ser fixado na data do óbito do segurado, mesmo em caso de habilitação tardia, não incidindo, portanto, o disposto no art. 76 da Lei 8.213/91.**

3. Contudo, a Segunda Turma do STJ iniciou um realinhamento da jurisprudência do STJ no sentido de que o dependente incapaz que não pleiteia a pensão por morte no prazo de trinta dias a contar da data do óbito do segurado (art. 74 da Lei 8.213/91) não tem direito ao recebimento do referido benefício a partir da data do falecimento do instituidor, considerando que outros dependentes, integrantes do mesmo núcleo familiar, já recebiam o benefício, evitando-se a dupla condenação da autarquia previdenciária.

4. Precedentes: AgRg no REsp 1.523.326/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 18/12/2015; REsp 1.513.977/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 5/8/2015. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.590.218/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 8/6/2016). (destaque acrescido)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE PAGAMENTO DEVIDO A MENOR DE IDADE. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO DO GENITOR.

1. Trata-se de ação em que o recorrente busca desconstituir acórdão que reconheceu o termo inicial do benefício a partir do requerimento administrativo.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou: "com relação ao termo inicial, por se tratar de recurso exclusivo do INSS, e em observância ao princípio da proibição da reformatio in pejus, o termo inicial deve ser mantido a partir do requerimento, tal como decidido na sentença".

3. O Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que não corre a prescrição contra incapazes, resultando na conclusão de que são devidas as parcelas a partir da data do falecimento do instituidor da pensão, independentemente do momento em que formulado o requerimento administrativo ou de quando ocorreu a citação judicial válida.

4. Recurso Especial provido (REsp. 1.770.679/MS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19.12.2018).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. PENSÃO POR MORTE. ARTIGO 74 DA LEI 8.213/1991.

Superior Tribunal de Justiça

DEPENDENTES NA CONDIÇÃO DE FILHO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ E COMPANHEIRA. TERMO INICIAL. DATA DO ÓBITO E DATA DA CITAÇÃO VÁLIDA, RESPECTIVAMENTE. INEXISTÊNCIA DE DEPENDENTES ANTERIORES E DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA A COMPANHEIRA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No que toca ao termo inicial para concessão de pensão por morte ao dependente filho menor absolutamente incapaz, a prescrição não pode ser decretada.
2. Quanto ao termo inicial para a pensão por morte à companheira do segurado falecido, o Tribunal a quo foi enfático ao consignar que não há requerimento administrativo específico, razão pela qual, o acórdão recorrido, ao fixar o benefício na data da citação válida, decidiu em sintonia com a jurisprudência do STJ.
3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp. 1.632.513/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/5/2017).

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ À ÉPOCA DO FALECIMENTO DO GENITOR. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO POSTERIOR À RELATIVIZAÇÃO DA INCAPACIDADE. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO DO GENITOR.

1. Em se tratando de menor absolutamente incapaz à época do falecimento do pai, milita em seu favor cláusula impeditiva da prescrição (art. 198, I, do CC).
2. Nesse contexto, correta se revela a exegese de que será concedida a pensão por morte, retroativamente à data do óbito do instituidor do benefício, independentemente de o requerimento do benefício ter sido realizado após os trinta dias seguintes à data do falecimento de seu genitor. Precedente: (REsp 1.405.909/AL, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 09/09/2014).
3. Conforme destacado na decisão agravada, "contra o menor não corre a prescrição, por isso que o termo a quo das prestações deve, nesses casos, coincidir com a data da morte do segurado".
4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp. 1.572.391/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 7/3/2017).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. DEPENDENTE ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. FILHO MAIOR INVÁLIDO. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO. PRECEDENTES. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A questão do recurso especial gira em torno do termo inicial à percepção de pensão por morte por maior inválido.
2. A jurisprudência prevalente do STJ é no sentido de que comprovada a absoluta incapacidade do requerente à pensão por morte, faz ele jus ao pagamento das parcelas vencidas desde a data do óbito do instituidor da pensão, ainda que não postulado administrativamente no prazo de trinta dias, uma vez que não se sujeita aos prazos prescricionais.
3. Descabe ao STJ examinar na via do recurso especial, nem sequer a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.420.928/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Turma, DJe 20/10/2014).

No caso, quando do falecimento do instituidor da pensão, em 11/3/2001, a recorrente contava com apenas dois meses de vida e na data em que foi protocolado o requerimento de concessão do benefício junto à autarquia previdenciária ainda era absolutamente incapaz.

Nesse contexto, comprovada a absoluta incapacidade da requerente da pensão por morte, faz ela jus ao pagamento das parcelas vencidas desde a data do óbito do instituidor do benefício, ainda que não tenha postulado administrativamente a pensão no prazo fixado no art. 74 da Lei 8.213/1991, uma vez que os menores, absolutamente incapazes, não se sujeitam aos prazos prescricionais, consoante as previsões legais insculpidas nos arts. 169, inciso I, e 5º, inciso I, ambos do Código Civil de 1916, e do art. 198, inciso I, do Código Civil c/c os arts. 79 e 103, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar que os efeitos financeiros decorrentes da concessão do benefício de pensão por morte devem retroagir à data do óbito do instituidor, restabelecendo-se a sentença (e-STJ, fls. 225-227).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator